

Sem Tempo a Perder

Depois que o presidente Fernando Henrique deixou claro que não muda a política econômica, e escolheu o executivo Alcides Tápias (do grupo Camargo Corrêa) para ministro do Desenvolvimento, a base parlamentar do governo tem obrigação de votar as reformas com urgência.

A política econômica fez o país escapar das crises de origem externa com seqüelas bem menores que as dos *tigres asiáticos* e dos países da América do Sul. Os aliados do governo na Câmara e no Senado têm de oferecer ao presidente base fiscal para a economia eliminar riscos na rota do crescimento. Diante das divergências entre desenvolvimentistas e fiscalistas, Fernando Henrique reuniu os ministros para indicar claramente que o rumo e a orientação do ministério eram prerrogativas do presidente da República e precisam ter conseqüências práticas na ação do governo.

Se há uma orientação clara e definida, precisa ser posta em prática. Não só na parte administrativa, mas principalmente na linha política do governo. A reforma ministerial de julho teve como motivação atender às esperanças que a população depositou no presidente Fernando Henrique, o primeiro a ser reeleito para um segundo mandato na história do país. O primeiro ministério do segundo governo não correspondeu aos desafios da estabilidade monetária, do desenvolvimento econômico, do desemprego, da política, do campo social e da segurança.

Na demissão do ministro Clóvis Carvalho percebeu-se que nem todos tinham entendido que era preciso correr contra o tempo para recuperar os sete meses perdidos, mas sem pôr em risco a manutenção da estabilidade. A população está cansada de retórica política e deseja mais ação e mais determinação. Não se pode perder mais tempo. É inaceitável que desde o começo da atual legislatura nenhum projeto importante tenha sido votado na Câmara e no Senado, cuja função básica é legislar.

Está provado que a Constituição de 88 nasceu velha e de costas para o seu tempo, ignorando as mudanças políticas e econômicas que estavam em curso e que mudaram a Europa Ocidental e a Europa de Leste.

Não há tempo a perder. Se a previdência social tem déficit estrutural, corroída pelos altos salários pagos a *marajás* aposentados do serviço público, que desvia mais recursos que os aplicados pelo Orçamento da União na área social, fica evidente a necessidade de avançar na reforma da previdência. O mesmo tem de ser feito na reforma administrativa, ainda no meio do caminho.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal é essencial para impedir que o pleito municipal do ano que vem seja conspurcado por gastos eleitoreiros e irresponsáveis dos atuais governantes interessados na reeleição a qualquer preço.